

Ata da 90ª Reunião Ordinária

Aos 29 dias do mês de junho de 2001, às 10 horas, na sala do CAP da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, sob a Presidência do Capitão-de-Mar-e-Guerra Pedro Tkotz Neto, com a presença dos conselheiros Juarez Moraes e Silva, Mário Manoel das Dores Roque, Luiz Ivan de Vasconcellos, Carlos Alberto Silveira Calvo, Carlos Roberto Frisoli, Jorge Tacla, José Maria Gonçalves, Maria do Socorro de Oliveira, Airton Galinari, Alceu Claro Chaves, José Roberto A. Corrêa e João Gilberto Cominese Freire, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina. O sr. Presidente deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos os Conselheiros. Depois referiu-se ao trabalho do GEIPOT sobre “Acompanhamento dos Preços e Desempenho Operacional dos Serviços Portuários”, cuja publicação encontra-se à disposição do Conselho para sua leitura, análise e manifestação. O sr. Presidente fez considerações sobre a importância desse trabalho e sobre a necessidade de conhecê-lo. Depois informou que recebeu a visita de técnicos do Órgão que manifestaram desejo de fazer uma apresentação ao CAP sobre o trabalho por eles desenvolvido. O conselho aprovou o convite para que eles façam essa apresentação na próxima reunião. Em seguida o sr. Presidente deu conhecimento que recebeu a visita do Presidente da ALL, concessionária do transporte ferroviário que atende o Porto e que acertou com ele uma visita ao CAP no próximo dia 13/07/01 – sexta-feira. Depois de várias considerações a respeito foi aprovada a realização de uma Reunião Extraordinária do CAP, na data de 13 próximo, às 10:00 horas. Ficou decidido ainda, que para essa reunião seriam convidados personalidades altamente interessadas e que se apoiaram à posição do CAP em relação às questões com a ALL: serão convidados os deputados Airton Roveda e Max Rosenmann e os presidentes do Sindadubos e da empresa Serra Morena. O sr. Presidente reportou-se em seguida sobre o Regulamento de Acesso de Pessoas e Veículos, aprovado pelo CAP. No capítulo das Disposições Transitórias ficou estabelecido um prazo de vigência inicial de 60 dias, findo os quais, o mesmo será analisado pela Comissão de Operações Portuárias. Como os 60 dias passaram o sr. Presidente solicitou ao Relator verificação de seu funcionamento e se manifestasse na próxima reunião. ***Aprovação da Ata da Reunião Anterior.*** Submetida à apreciação a mesma foi aprovada por unanimidade. ***Expediente: Justificativa de Ausência:*** José Silvio Gori, Osiris Stenghel Guimarães, Júlio Monteiro de Souza, Armando Ribeiro Moreira e José Carlos Gomes Carvalho. Operadores Portuários: 59 com situação regular na APPA. Fundo de Dragagem: Saldo em 31/05/01 conforme demonstrativo apresentado pela APPA, R\$ 2.187.632,47 (dois milhões, cento e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e dois mil quarenta e sete centavos). Fundo para Despesas de Infra-Estrutura Saldo R\$ 83.967,72 (oitenta e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos). ***Correspondência Expedida: Ofício 26/2001-CAP-PR de 05/06/01*** encaminhando aos Conselheiros ofício nº 03/01 do PAM – Plano de Ajuda Mútuo relativo ao Projeto de Combate a Incêndio na faixa portuária e sugerindo parcerias com a APPA. ***Ofício 27/2001-CAP-PR de 06/06/01*** ao Sr. José Paulo Silveira do Ministério do Planejamento convidando-o a participar da reunião do CAP a realizar-se nesta data. ***Ofício 28/2001-CAP-PR de 08/06/01*** ao Sr. Wilen Manteli – Comissão de Portos encaminhando relação atualizada de endereços dos representantes do Bloco dos Operadores Portuários e dos Usuários, inclusive informando sobre sua frequência. ***Ofício 29/2001-CAP-PR de 29/01/01***

ao Sr. Antônio Machado Bastos, do Departamento de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes, encaminhando cópia do Mapa Geral dos Arrendamentos dos Portos de Paranaguá e Antonina. **Ofício 30/2001-CAP-PR de 22/06/01** encaminhando pauta da Reunião Ordinária desta data. **Correspondência Recebida:** Ofício 03/01 de 30/05/01 do PAM sobre Projeto de Combate a Incêndio etc.. Ofício 059 de 08/06/01 da Comissão de Portos/ABPT solicitando informações, dadas através do ofício nº 28 de 08/06/01 do CAP. Correspondência do Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho anexando fax do Sr. José Paulo Silveira do Ministério do Planejamento, lamentando não poder comparecer a Reunião. **PROHAGE** – Não compareceu o representante da Comissão local do PROHAGE, mas o Conselheiro Airton Galinari aproveitando o tempo da Comissão, reclamou do horário estabelecido pela Receita e da inflexibilidade do servidor que atende e recebe os processos de navios. Reportou-se a perda de um navio e acha que o expediente até as 15:00 horas é incompatível com as necessidades do Porto, posto que, quem chegar um minuto depois não é mais atendido. Já o Conselheiro Frisoli enfatizou que o Expediente da Receita na semana é de 3 dias e meio. O Conselheiro Alceu Claro Chaves, que é presidente da ACIAP, informou que por causa desse motivo marcou audiência em Curitiba com o Superintendente da Receita, Luiz Bernardi, que deixou um pleito para que o horário fosse estendido até às 16:00 horas, e que aquela autoridade ficou de estudar. Como o sr. Presidente tivesse se referido à ausência do Porto na Reunião do PROHAGE, o Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos comprometeu-se a levar àquela instituição, em sua próxima reunião, as reivindicações do Conselheiro Airton Galinari e do CAP no que se refere ao horário da Receita. Foi deferida ao Conselheiro Alceu Claro Chaves delegação para falar em Brasília com autoridades federais e deputados da bancada paranaense sobre os assuntos envolvendo a Receita Federal levantados na Reunião. **Relatório Gerencial da APPA/ maio 2001** – movimento de mercadorias – Carga Geral 348 399t destaque para madeira e congelados. Granéis 1.933.495t, destaques, fertilizantes, farelo, soja, açúcar e milho. Caminhões no Pátio, 31.749. Vagões no Corredor, – 3545, sendo 2750 de soja, 588 de farelo e 237 de milho. Contêineres 27.850 Teu's. Veículos descarregados - importação 3461 e exportação 5.389. Movimento de navios, 180 atracações. Tempos de espera: Carga Geral, Fertilizantes, Full Contêineres e Corredor, zero dia. Porto de Antonina, movimento de cargas 37.799t, sendo 20.195t de sal, 4000t de celulose e 697t caulim, por cabotagem. Exportação Longo Curso – 825t madeira; e importação de fertilizantes 12.082t. Fatos relevantes – criação do Grupo de Trabalho pela Secretaria de Transportes a fim de propor soluções para a melhoria do escoamento da Safra evitando filas. O sr. Presidente antes de passar a palavra a Conselheira Maria do Socorro para reportar-se sobre a Comissão do Programa de Qualidade informou que estava de posse de uma correspondência da empresa Rocha Top protestando contra os preços praticados pelo TCP. Diante da situação e da posição dos Conselheiros decidiu encaminhar o assunto à Comissão Tarifária Orçamentária para que estude o que de verdade ocorre e que convide um representante de cada uma das partes interessadas, no caso o TCP e Rocha Top. Ficou decidido que a Comissão Tarifária e Orçamentária se reuniria na próxima segunda-feira às 14:30 horas no CAP. Depois pediu que o Relator procurasse acompanhar junto à APPA a questão da tarifa do Porto em mãos da Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda. **Relatório das Comissões Permanentes** - O sr. Presidente passou a palavra à Conselheira Maria do Socorro e esta solicitou que o Conselheiro Luiz Ivan fizesse explanação sobre a reformulação do PDZPO pretendida pela APPA. O Conselheiro a propósito disse que a APPA tem promovido algumas reuniões e elas tem contado com a presença dos Prefeitos de Antonina e Pontal do Paraná. A idéia da reformulação decorreu do Programa de Qualidade e da constatação de

que há a necessidade de se rever a vocação de cada porto e, no futuro de Pontal do Paraná. A intenção é mostrar um Plano estrategicamente bem urdido para atender aos interesses de expansão da comunidade marítima da região. Nesse sentido o Conselheiro solicitou da Presidência a indicação de representantes dos 3 blocos do CAP uma vez que o Bloco do Poder Público já está representado. Disse que será feita licitação para contratação de uma empresa que irá elaborar o Plano sob o foco da Comissão e se utilizará daquilo que for a vocação do Porto. Na sua opinião a empresa vencedora deverá ter acesso a órgãos do Ministério dos Transportes e outros a fim de facilitar sua tarefa, especialmente na questão da distribuição de áreas. No decorrer dos trabalhos a comunidade portuária será ouvida para se pronunciar a respeito. Fazendo uma digressão o Conselheiro falou das apresentações que a APPA vem fazendo e que tem esclarecido muitas pessoas que, sem conhecer o Porto em sua exata dimensão, fazem julgamentos não consentâneos com a verdade. Disse que a APPA vai continuar nessa messe, inclusive se apresentando ao Tribunal de Contas do Estado. O sr. Presidente solicitou e os Blocos, então, indicaram seus representantes na Comissão. São os seguintes: Blocos dos Usuários e Serviços Portuários e Afins, José Roberto A. Corrêa - titular e João Gilberto Cominese Freire - suplente, Bloco da Classe dos Trabalhadores Portuários, José Maria de Freitas - titular e Antônio Carlos Bonzato - suplente; e, Bloco dos Operadores Portuários Carlos Roberto Frisoli, titular e Jorge Tacla - suplente. *Assuntos Gerais* - O Conselheiro Juarez Morais e Silva referindo-se as constantes postulações da APPA e do próprio CAP quanto a recursos destinados aos Portos de Paranaguá e Antonina, que nunca chegavam, informou que graças a atuação da direção da APPA e da Comunidade Marítima de Paranaguá, o Diário Oficial do Congresso Nacional de 23/06/01 na parte da Comissão Mista de Planos Orçamentários LDO - Lei De Diretrizes Orçamentárias - de 2.001, no Anexo Prioridades e Metas - Programa 0233 - Corredor Mercosul consta o seguinte, contemplando os portos de Paranaguá e Antonina. Item 7276 - Dragagem de Aprofundamento do Porto de Paranaguá Produto-obra executada, unidade de medida 25 milhões de metros cúbicos. Item 7284 - Melhoramentos e Ampliação da Infra-Estrutura do Porto de Paranaguá. Projeto detalhado para construção do Cais Oeste, Obras executadas - 100%. Na opinião do Conselheiro essa inserção na LDO é o resultado do Programa de Qualidade montado por todos e que a previsão é aplicar 140 milhões de reais, dos quais, nos dois itens citados estão 120 milhões que serão aplicados a partir de 2001 até 2004, sendo que para 2001 já existe recurso para a licitação dos projetos. Considerou esta uma grande vitória, mas exortou a todos à continuidade da luta. O Conselheiro em seguida aludiu ao passivo previdenciário da APPA que vem desde 1990 e que chega a cerca de 80 milhões de reais. Depois historiou as dificuldades da APPA em pagá-lo; que havia da parte do Porto uma ação consistente no sentido de equacionar esses pagamentos em 20 anos; que existia uma Medida Provisória que limitava os parcelamentos da dívida, caso das autarquias, para 96 meses mas que foi conseguido junto a bancada paranaense, especialmente através dos deputados José Borba e Ricardo Barros, alteração daquela medida e outra foi emitida, a de nº 2129, que ampliou o prazo de 96 para 240 meses, considerado tempo ideal para o porto pagar. O Porto, devidamente enquadrado, sabia ser necessário que o Estado assumisse a dívida, e que era preciso autorização da Assembléia Legislativa do Estado, o que foi conseguido através de um Projeto de Lei do Governo, que foi votado em tempo recorde. Isso aconteceu na noite de ontem. O Conselheiro esclareceu que o Estado, através desses expedientes, assumiu o Passivo Previdenciário da APPA que fará a reposição, mensalmente, ao tesouro do Estado (cerca de 350 mil reais). O Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos destacou o excepcional trabalho desenvolvido pelo Conselheiro Juarez Morais e Silva e pelo Diretor Administrativo Álvaro

Bounous que possibilitou à APPA equacionar uma dívida que pelos procedimentos usuais e normais seria impagável. A nova situação recoloca a APPA no trilho da normalidade gerencial e acaba com alguns empecilhos que a dívida ensejava. Considerou um marco histórico e uma conquista da APPA e de toda comunidade marítima. O Conselheiro completou dizendo que há uma nova mentalidade na APPA a partir do Programa de Qualidade e que a inserção da APPA na LDO e o acerto do passivo financeiro devem servir de estímulo para se continuar tendo a mesma postura que conduziu a tais triunfos. O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli ao cumprimentar a diretoria da APPA pelas duas notícias destacou que, a mentalidade atual de não se vestir a camisa político partidária e preferir, democraticamente, vestir a camisa do porto, é que tem aberto as portas para o sucesso da administração. Disse que a iniciativa privada deseja que a coisa continue assim. O Sr. Presidente do CAP solidarizou-se com a manifestação e cumprimentou a diretoria da APPA pelas ações desencadeadas. A Conselheira Maria do Socorro afirmou que nada é impossível se há boa vontade; que houve solidariedade nas ações e que a comunidade marítima teve participação preponderante no sucesso das ações. O Conselheiro Mário Manoel das Dores Roque, na condição de Prefeito Municipal informou que foi reeleito para o cargo de Presidente da Associação dos Municípios Portuários Brasileiros e que vai fazer todo esforço para dinamizar a Associação. Depois defendeu que o Município de Paranaguá deve ser mais respeitado e que vai se dedicar no sentido de modificar a situação atual. Não escondeu que vai lutar para a municipalização do Porto mesmo reconhecendo ser tarefa muito difícil. De qualquer maneira, pretende uma participação mais efetiva do Município nas questões que envolvem o Porto, inclusive espera que seja criado um fundo para manutenção das vias de acesso; reclamou da ALL, e da movimentação excessiva de vagões de uma só vez. Encerrou dizendo que sente, que é o desejo do trabalhador a municipalização por ele defendida. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos tendo eu *Ivany Marés da Costa* lavrado a presente Ata que segue assinada por mim, pelo Sr. Presidente Pedro Tkotz Neto e pelos Conselheiros abaixo e marcou a próxima Reunião Ordinária para o próximo dia 27 de julho, às 10:00 horas na APPA. Depois confirmou a realização no próximo dia 13 de julho, às 10:00 horas na Sala do CAP da Reunião Extraordinária e, em seguida, encerrou a Reunião.